

1 MINUTA DA ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS  
2 HIDROGRÁFICAS DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada no dia 19 de novembro de  
3 2013, no auditório do Parque Municipal Atalaia, no município de Macaé – RJ. Aos dezenove dias do  
4 mês de novembro de 2013, às 10:00 horas em primeira convocação, deu-se início à Reunião  
5 Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras,  
6 conforme relação de presença no final desta ata. A reunião foi presidida pelo Diretor Geral do  
7 Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras, Sr. Affonso Henrique Albuquerque  
8 Junior, onde foi composta a mesa diretora dos trabalhos pelo Sr. Affonso Henrique Albuquerque  
9 Junior (EMATER-Rio), o Sr. Paulo Sergio Boynard (Petrobras) e a Sra. Glauca Freitas (INEA). Por  
10 solicitação dos representantes do Parque Atalaia, na figura do Sr. Alexandre foi feita uma pequena  
11 apresentação dos trabalhos desenvolvidos dentro da unidade. Ao final o Sr. Affonso Henrique  
12 solicitou que fosse feita uma moção de fortalecimento e ampliação do Parque Atalaia para o  
13 secretário e o prefeito de Macaé. O Sr. Affonso Henrique inicia a reunião atestando ter o quórum  
14 mínimo presente e apresenta a pauta do dia aos membros. A pauta do dia contempla: Ponto 1) Minuta  
15 de resolução que regulamenta o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais; 2) Minuta de  
16 resolução que regulamenta o Programa de Boas Práticas; 3) Minuta de resolução que altera o  
17 Regimento Interno; 4) Minuta de resolução que aprova o Plano de Recursos Hídricos da Região  
18 Hidrográfica VIII; 5) Aprovação da complementação financeira para o evento de comemoração dos  
19 10 anos do CBH; 6) Aprovação do projeto “Curso introdutório de Sistemas Agroflorestais  
20 sucessoriais como estratégia de restauração florestal no alto curso da Bacia Hidrográfica do rio  
21 Macaé”; e 7) Aprovação do projeto “Curso Introdutório da Metodologia de Apoio e  
22 Desenvolvimento de Projetos Sustentáveis”. Iniciando com o primeiro ponto da pauta - Minuta de  
23 resolução que regulamenta o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais o Sr. Affonso passa a  
24 palavra a Sra. Renata Vilarinho para realizar as considerações e a mesma registra que esta de acordo  
25 com a redação proposta. O Sr. Antônio Carlos (Associação de Produtores Rurais da Bacia do Rio São  
26 Pedro) pede a palavra e solicita que seja dada atenção as estradas na região do rio São Pedro, pois  
27 devido às obras realizadas na região as mesmas estão em condições ruins. A Sra. Maria Inês  
28 esclarece que as obras realizadas foram autorizadas pelo INEA e a área de compensação ainda esta  
29 em discussão. Não tendo mais nenhuma consideração por parte dos presentes o Sr. Affonso dá  
30 prosseguimento ao ponto de pauta e abre para votação para aprovação da minuta de resolução que  
31 regulamenta o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, e a mesma é aprovada por  
32 unanimidade. A Sra. Glauca Freitas expõe que ficou na dúvida de quem seria o fiscalizador das

33 atividades que serão propostas no decorrer do programa e foi esclarecido que o comitê iria  
34 desenvolver um manual operativo onde constariam informações mais específicas. Esclarecido o  
35 ponto a mesma entrega ao comitê as contribuições enviadas pela Sra. Cláudia Graça (INEA) a cerca  
36 da resolução aprovada. No segundo ponto de pauta, minuta de resolução que regulamenta o  
37 Programa de Boas Práticas, a Sra. Renata questiona como será operacionalizada a ação descrita no  
38 paragrafo único do artigo 4º. O Sr. Affonso esclarece o ponto dizendo que o programa de boas  
39 práticas auxilia o produtor na regularização da área habilitando-o a participar do programa de PSA.  
40 No Inciso V do mesmo artigo a Sra. Renata Vilarinho sugere a inclusão do trecho “a manutenção da  
41 disponibilidade hídrica e da qualidade da água” o que foi aceito pelos presentes. O Sr. Antônio  
42 aborda o inciso IV, onde consta a adequação de estradas rurais, e explica que as obras realizadas pela  
43 empresa Furnas estão assoreando a área e prejudicando as propriedades. A Sra. Glauca Freitas então  
44 sugere que seja realizada uma reunião entre a Associação dos Moradores, INEA e a empresa em  
45 questão. O Sr. Paulo Boynard reforça que o comitê deve provocar esta reunião e a Sra. Maria Inês se  
46 coloca a disposição para trabalhar esta questão. O Sr. Affonso Henrique questiona se há mais alguma  
47 contribuição à resolução e não havendo nenhuma manifestação, é iniciada a votação e a resolução é  
48 aprovada por unanimidade. O ponto 3 (três) da pauta - Minuta de resolução que altera o Regimento  
49 Interno, enviado a plenária já com as alterações aprovadas em câmara técnica, é exposto aos  
50 presentes e o Sr. Affonso inicia o ponto abordando a alteração da abreviatura do nome do Comitê  
51 para CBH Macaé para um melhor entendimento de todos. E ressalta também a proposta de retirada  
52 de Rio das Ostras do nome por extenso. A Sra. Glauca Freitas pontua que é usual o nome do comitê  
53 conter todas as bacias que pertencem à região hidrográfica e em sua abreviatura constar somente uma  
54 referência, para se tornar mais simples. O Sr. Affonso ressalta que como não há nenhuma  
55 representação da prefeitura de Rio das Ostras então a retirada da referência no nome por extenso não  
56 será abordada. O Sr. Paulo Boynard expõe que não vê problema na alteração do nome abreviado,  
57 mas ressalta que os representantes da prefeitura de Rio das Ostras foram muito ativos durante a  
58 consulta popular e por isso o assunto deverá ser melhor discutido. O Sr. Affonso propõe que só seja  
59 retirada a referência à Rio das Ostras da abreviatura e a discussão sobre a retirada do nome por  
60 extenso poderá ser provocada posteriormente. O Sr. Affonso Henrique propõe e todos se mostram de  
61 acordo, que no paragrafo segundo do artigo 3º seja incluído na redação o trecho “ações e  
62 investimentos” na região da transposição do rio Macabu, que influencia diretamente da região  
63 hidrográfica de Macaé (RH VIII). O Sr. Paulo Boynard questiona a Sra. Glauca Freitas a legalidade  
64 desta ação, visto não ser uma área dentro dos limites da RH VII. A Sra. Glauca Freitas pontua ser

65 uma experiência nova, mas que não vê inconsistência nesta ação desde que conste no regimento  
66 interno e não haja transferência de recursos e sim aplicação de recursos na região de interesse. O Sr.  
67 Affonso Henrique ressalta que consultou o CERHI e a orientação foi que os comitês envolvidos,  
68 Macaé e Baixo Paraíba, aprovelem cada um a sua resolução e posteriormente o CERHI aprovaria uma  
69 terceira para regulamentar as ações propostas pelos dois comitês. A Sra. Alda Oliveira solicita a  
70 alteração do termo “defesa” para “prevenção” no Inciso III do artigo 5º o que é aceito por todos e a  
71 Sra. Glauca elogia a iniciativa do comitê em se preocupar com ações para prevenção de eventos  
72 críticos. A Sra. Alda Oliveira também propõe a inclusão de um novo inciso que versa sobre o  
73 cumprimento dos programas constantes no plano de recursos hídricos (PRH), o plano de bacias da  
74 RH VIII. Segundo o Sr. Rodolfo Coimbra esta ação esta prevista dentro das competências do comitê  
75 no artigo 7º. Com isso a Sra. Alda Oliveira sugere que o Inciso V do referido artigo seja somente  
76 complementado e não seja incluído um novo. A Sra. Renata Vilarinho sugere a criação de um  
77 glossário para que sejam esclarecidas as definições dos termos utilizados, visto que alguns termos  
78 podem ser interpretados de formas errôneas. Em seguida sugere a inclusão, no mesmo artigo, do  
79 trecho “em primeira instância em sede de Plenária” no inciso XXXI, o que é acatado. A Sra. Glauca  
80 ressalta que estão sendo pactuados vários relatórios a serem elaborados, visto isso questiona se  
81 realmente é necessária a elaboração de todos estes documentos. O Sr. Affonso Henrique então sugere  
82 a retirada do programa de trabalho de cada gestão, ficando o mesmo facultativo. A Sra. Renata  
83 Vilarinho sugere a retirada do trecho “resíduos sólidos” que consta no Inciso VI do Artigo 10º, pois o  
84 termo saneamento já engloba a questão, sendo atendida sua solicitação. O Sr. Affonso juntamente  
85 com os membros presentes incluem no regimento as siglas referentes a cada câmara técnica. O Sr.  
86 Jorge Barcelos pede a palavra para registrar a necessidade da retirada de um banco de areia na lagoa  
87 de Imboassica, pois quando ocorre a abertura do canal extravasor há uma grande mortandade de  
88 peixes. Expõe também que estão com grande dificuldade em conseguir autorização para realizar esta  
89 retirada. A Sra. Maria Inês esclarece que poderá ser realizada uma visita para avaliar a ação solicitada.  
90 O Sr. Paulo Boynard reforça que todos os assuntos desta natureza deverão ser encaminhados para a  
91 câmara técnica de lagoas e zona costeira, pois na sua visão há uma carência neste fluxo. Retornando  
92 ao regimento interno o Sr. Rodolfo Coimbra sugere a inclusão do parágrafo 3º no artigo 10º onde  
93 consta que poderão ser criados grupos de trabalhos provisórios ou de acompanhamento. A Sra.  
94 Renata Vilarinho sugere que o parágrafo 1º do artigo 11 seja reescrito e juntamente com o Sr.  
95 Affonso Henrique sugere a inclusão do paragrafo 2º onde esclarece as nomenclaturas dos membros  
96 da plenária, e com esta inclusão não será mais necessária à elaboração do glossário sugerido pela Sra.

97 Renata Vilarinho. Retira-se, por comum acordo, do artigo 13 a competência da plenária de escolher  
98 os coordenadores e coordenadores adjuntos das câmaras técnicas e mantem-se a atribuição para os  
99 membros participantes das câmaras técnicas. O Sr. Affonso Henrique sugere a inclusão do paragrafo  
100 3º onde versa que a suplência será exercida por segmento, não existindo um membro suplente  
101 específico para cada membro titular. A Sra. Glaucia Freitas sinaliza que o termo correto para se  
102 referir aos usuários da bacia é segmento e setor corresponde as subdivisões do segmento, citando  
103 como exemplo a indústria que representa um setor do segmento usuários. O Sr. Rodolfo Coimbra  
104 avança para o artigo 48 por se tratar do mesmo assunto e solicita a inclusão da palavra “instituições”  
105 para melhor entendimento. No artigo 49 o Sr. Affonso Henrique sugere a inclusão do trecho “pelo  
106 suplente” para deixar a redação mais clara. No artigo 48, parágrafo 2º a Sra. Glaucia Freitas corrige  
107 que os documentos deverão ser encaminhados ao Comitê e não à delegatária. Voltando ao artigo 15,  
108 parágrafo único a Sra. Alda Oliveira propõe uma nova redação e após discussão fica acordado que  
109 quando o Diretor Presidente, do Diretor Vice-Presidente e do Diretor Secretário não estiverem  
110 presentes a reunião será coordenada por um membro da Diretoria Colegiada. Após deliberação fica  
111 decidido que o artigo 16 será suprimido do regimento. No artigo 34 é incluído o inciso IX onde  
112 atribui ao Diretor Secretário substituir o Diretor Presidente e Vice-Presidente nas suas faltas ou  
113 impedimentos. O Sr. Rodolfo Coimbra sugere incluir no paragrafo primeiro do artigo 24 a figura do  
114 Diretor Vice-Presidente e do Diretor Secretário para definição da eleição para estes cargos. O Sr.  
115 Affonso Henrique questiona se há mais alguma contribuição a ser feita neste texto e a Sra. Glaucia  
116 Freitas solicita revisar a redação do artigo 30 e após deliberação o Sr. Affonso Henrique sugere a  
117 exclusão deste artigo, pois este ponto foi ampliado e reescrito no artigo 10, parágrafo 1º. A Sra.  
118 Glaucia Freitas também solicita que no preâmbulo seja atualizada a resolução do CERHI para o nº  
119 107 de 22 de maio de 2013, o artigo 52 da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999 e artigo 37  
120 da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. O Sr. Marcus Lemgruber questiona se o mandato  
121 permanecera de dois anos como consta no artigo 48. É esclarecido pelo Sr. Affonso que a maioria  
122 dos comitês esta utilizando o período de quatro anos de mandato. A Sra. Glaucia Freitas completa  
123 que esses quatro anos são para a plenária e não para a diretoria, esse sendo de dois anos. A Sra.  
124 Claudia Graça esclarece que alguns comitês estão excluindo o impeditivo da recondução por mais de  
125 dois mandatos, e os membros presentes concordam com a exclusão desse impedimento. O Sr.  
126 Affonso então coloca em votação e a alteração que permite a recondução mais de uma vez é  
127 aprovada por 12 votos a favor e dois contra. Após as considerações da Sra. Glaucia Freitas sobre  
128 algumas correções e esclarecimentos a respeito da redação do regimento, a mesma sinaliza que o

129 anexo I (Mapa da Área de Abrangência e Jurisdição) poderia ser alterado para um mapa mais  
130 detalhado somente da região hidrográfica VIII. A proposta do Sr. Affonso é incluir o mapa que foi  
131 sugerido pela Sra. Glaucia Freitas, ficando o regimento com dois anexos. A Sra. Glaucia Freitas  
132 pontua que alguns termos terão que ser alterados na nova redação do regimento como, a substituição  
133 da palavra “instituição” no lugar de “entidades”; “segmento” substituindo “setor” e realizar também  
134 a revisão das palavras “membro”, “representante” e “substituto” de acordo com o significado dentro  
135 da nova redação do regimento. Também realizar a inclusão do ";" no final de inciso, parágrafo e  
136 caput. O Sr. Affonso Henrique abre a votação para aprovar a nova redação do regimento interno e o  
137 mesmo é aprovado por unanimidade. Apresentado o ponto 4 (quatro) da pauta - Minuta de resolução  
138 que aprova o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica, pelo Sr. Affonso Henrique, a Sra.  
139 Renata Vilarinho pontuou que apesar do trecho onde relata a existência de metais pesados próximo às  
140 termoeletricas ter sido excluído da redação, ainda consta que os problemas de qualidade da água  
141 referem-se basicamente ao uso da agropecuária e alguma possibilidade de estar relacionada também  
142 a geração de energia pelas termoeletricas. A Sra. Renata Vilarinho pontua que a UTE Norte  
143 Fluminense tem todos os relatórios periódicos de monitoramento de lançamento de efluentes e  
144 qualidade da água e neles não constam nenhum metal pesado ou outro poluente que esteja alterando  
145 a qualidade da água. A UTE NF questiona quais as fontes que levaram à conclusão prevista no PRH  
146 e solicita ao CBH Macaé que nos encaminhe tais fontes, ressaltando que, caso as fontes não sejam  
147 suficientes para comprovar a interferência das UTEs na qualidade das águas, o trecho citado deverá  
148 ser excluído da versão final do PRH. A Sra. Gláucia registra que a flora sempre sofre alterações  
149 quando seu regime hídrico é modificado. O Sr. Paulo Boynard defende que no texto a associação dos  
150 metais pesados ou outras fontes de poluição com as termoeletricas não esta comprovada e juntamente  
151 com a Sra. Renata Vilarinho não localizaram no texto as referências quanto a estas informações. O Sr.  
152 Márcio Nascimento pontua que estão baixos os valores destinados para saneamento e educação  
153 ambiental dentro dos programas do plano de recursos hídricos. Em seguida o Sr. Affonso informa  
154 que este ponto já esta sendo revisado pela contrata e o Sr. Boynard completa dizendo que esta  
155 questão precisa ser mais bem trabalhada, pois não há outra proposta para contrapor a atual. Com a  
156 palavra novamente a Sra. Renata Vilarinho registra que no programa de PSA consta que o mesmo  
157 será patrocinado pelas empresas de saneamento, UTE's e Petrobras. A mesma solicita que este ponto  
158 conste como uma ação voluntária das empresas e não uma obrigação como está descrito atualmente.  
159 E também se retire os nomes das mesmas e passe a constar o seguimento a que pertencem dentro do  
160 comitê. A Sra. Glaucia Freitas não identifica como problema a permanência dos nomes das

161 instituições no programa visto ser um pacto firmado entre os membros do comitê. O Sr. Boynard  
162 ressalta que os representantes das instituições dentro do CBH Macaé não tem autoridade para  
163 permitir a utilização dos nomes das empresas na redação do programa. Com isso o Sr. Affonso abre a  
164 votação para determinar o ultimo ponto abordado pela Sra. Renata Vilarinho e o mesmo foi aprovado  
165 com um único voto contrário. Dessa forma, a nova redação do PRH aprovada pela maioria foi a  
166 seguinte: “PSA que poderão ser patrocinados pelos setores usuário, poder público e sociedade civil”.  
167 No trecho onde é citada a redução de uso e aumento da cobrança, a Sra. Renata Vilarinho apresenta a  
168 insatisfação no trecho onde é abordado que governo e sociedade devam fazer uma aliança para impor  
169 aos usuários a redução do uso e o aumento da cobrança. A proposta da Sra. Renata Vilarinho é que  
170 este trecho seja reescrito para que não seja interpretado como uma imposição ao setor dos usuários,  
171 mas sim uma decisão em conjunto. A sugestão de revisão desse trecho foi aprovada pela maioria dos  
172 membros presentes à reunião. Prosseguindo a reunião o Sr. Rodolfo Coimbra registra estar de acordo  
173 com a aprovação do Plano de Recursos Hídricos desde que os pontos abordados neste ponto de pauta  
174 sejam considerados. O Sr. Affonso ressalta que os pontos serão encaminhados a contrata para as  
175 alterações devidas. O Sr. Rodolfo Coimbra retoma a fala e registra que se preocupa com a aprovação  
176 também por não saber qual será a priorização dos programas presentes no plano. O Sr. Paulo  
177 Boynard endossa a fala do Sr. Rodolfo Coimbra visto ter feito os mesmo questionamentos. É  
178 sugerido então pelo Sr. Affonso Henrique que seja criado um grupo de trabalho para realizar as  
179 revisões. Após deliberação o Sr. Affonso Henrique lembra que no mês de fevereiro está marcada a  
180 Oficina de Planejamento a preocupação com a priorização pode ser abordado nesta oficina  
181 juntamente com a elaboração do plano de trabalho do comitê. Após as considerações o Sr. Affonso  
182 Henrique abre a votação e o Plano de Recursos Hídricos é aprovado por unanimidade, com a ressalva  
183 de que as alterações sugeridas e registradas em ata sejam incorporadas na versão final do PRH. O Sr.  
184 Affonso propõe uma alteração de pauta abordando os pontos 6 (Aprovação do projeto “Curso  
185 introdutório de Sistemas Agroflorestais sucessionais como estratégia de restauração florestal no alto  
186 curso da Bacia Hidrográfica do rio Macaé”) e 7 (Aprovação do projeto “Curso Introdutório da  
187 Metodologia de Apoio e Desenvolvimento de Projetos Sustentáveis”.) em conjunto por se tratarem  
188 de dois projetos de mesmo proponente. O Sr. Affonso solicita que a plenária exponha, se houver,  
189 alguma consideração a fazer. O Sr. Rodolfo Coimbra sinaliza que no ponto 7 (sete) da pauta deverá  
190 ser retirado do projeto os nomes dos facilitadores, pois deverá constar no projeto somente o perfil  
191 desejado. A Sra. Nélia Paula sugere incluir como meta a apresentação de um projeto final visto que o  
192 curso é voltado para desenvolvimento de projetos. A Sra. Maria Inês pontua que no tempo previsto

193 de curso poderá ser apresentado somente um mero esboço de projeto e sugere que seja incluído como  
194 produto a elaboração de desse projeto. O Sr. Affonso Henrique propõe que o produto seja a  
195 elaboração de 5 (cinco) projetos de interesse do comitê e a Sra. Virginia Sá Rego complementa que o  
196 publico alvo serão os membros do comitê e também entidades que atuam na bacia. O Sr. Bruno  
197 Szuchmacher corrobora com a proposta da Sra. Virginia Sá Rego. O Sr. Affonso Henrique propõe a  
198 apresentação dessa proposta na próxima plenária para motivar os membros a participarem e sendo  
199 isso aprovado o cronograma também deverá ser alterado para o primeiro semestre do ano de 2014.  
200 Sem mais nenhuma consideração a ser realizada o Sr. Affonso Henrique abre a votação para a  
201 aprovação dos pontos 6 e 7 da pauta. Os dois pontos citados foram aprovados sendo que o ponto 6  
202 não houve nenhuma consideração e o ponto 7 foi aprovado, mas com as alterações registradas nesta  
203 ata. Entrando no ponto 5 (cinco) da pauta que foi deixado para ultimo ponto. O Sr. Affonso solicita  
204 que o valor já aprovado no projeto de comemoração dos 10 anos do comitê seja aumentado de  
205 R\$50.000,00 para R\$100.000,00, pois a quantidade de pessoas esperadas aumentou e o valor inicial  
206 não será suficiente. Os membros da plenária acham que o valor esta muito acima do esperado. A Sra.  
207 Glaucia registra que deveria ter sido apresentada a relação dos gastos para que se possa visualizar  
208 melhor a alteração. Foi sugerido pelo Sr. Affonso que seja criada uma comissão de avaliação dos  
209 gastos para a realização do evento e os membros que farão parte serão o Srs. Rodolfo Coimbra,  
210 Bruno Szuchmacher, Paulo Boynard, Affonso Henrique e Nélia Paula. Após deliberação fica  
211 aprovado o valor mínimo de R\$75.000,00 para a realização do evento. Não havendo mais nada a  
212 tratar a presente ata foi lavrada por mim, Monica Godinho, e depois de aprovada será assinada pelo  
213 Diretor Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras, Sr. Affonso  
214 Henrique de Albuquerque Junior para que se produzam seus efeitos legais.

215 LISTA DE PRESENÇA:

216 Affonso Henrique Albuquerque – EMATER/NF  
217 Pedro Vieira Esteves – FIPERJ  
218 Adriana Maria de Aquino – EMBRAPA  
219 Nélia Paula Freesz – INEA/SUPMA  
220 Sinara Lopes Vilela – Prefeitura de Casimiro de Abreu  
221 Rodolfo Coimbra – Prefeitura de Macaé  
222 Alda Maria de Oliveira – Prefeitura de Nova Friburgo  
223 Marcus Lemgruber Porto – Prefeitura de Trajano de Moraes  
224 Virginia Sa Rego – AAEE Jose Martins da Costa

- 225 Cicero Figueiro – OADS
- 226 Bruno Szuchmacher – Pequena Semente
- 227 Roberto Frossard – Instituto Bioacqua
- 228 Luiz Felipe Umbelino – IFF Macaé
- 229 Marcio Nascimento – As Mãos de Luz
- 230 Mauricio Mussi – UFRJ Macaé
- 231 Jorge Barcellos – Colonia Z3
- 232 Rosilane Ornellas – Aguas de Nova Friburgo
- 233 Paulo Sergio Boynard – Petrobras
- 234 Renata Vilarinho – UTE Norte Fluminense
- 235 CONVIDADOS:
- 236 Maria Ines Paes – Prefeitura de Macaé/SEMA
- 237 Denilson Joaquim – Vigilância Sanitária/Macaé
- 238 Cristiane Ferreira dos Santos – Petrobras
- 239 Fernanda O. Mello – Petrobras
- 240 Gerson Vieira Lima – ACAPORD
- 241 Leonardo S. Wagner – Tororo Sana
- 242 Juliana Torres – Consorcio Macaé Ostras
- 243 Vanessa Aparecida Imenez – GDEPS – Pequena Semente
- 244 Estela Zanetti – Mestranda UFF
- 245 Atila Martins Lima – Graduando UFF
- 246 Henrique Marovelli – Graduando UFF
- 247 Cristiane Muniz – Graduando UFF
- 248 Camila Oliveira – Graduando UFF
- 249 Vanessa End de Oliveira – Pesquisadora UFF
- 250 Raphael Cruz – Graduando UFF
- 251 Antonio Carlos Freitas – A.P. Rurais da Bacia do Rio Sao Pedro
- 252 Edmo Pereira – AMA Glicerio
- 253 Clarice Donagemma – As Maos de Luz
- 254 David F. Solen – UFF
- 255
- 256



257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276